UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DO LARGO SÃO FRANCISCO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURIDADE
SOCIAL

Isabella Vieira Peli- Nº USP 10721917

**Os direitos trabalhistas no momento de ápice da ditadura militar
brasileira**

São Paulo
2021

No contexto do ápice da ditadura, durante o governo de Costa e Silva, houve a implementação do Ato Institucional Nº5 em dezembro de 1968 sob o pretexto de “preservar a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária”.

O AI-5 previa que o presidente da República poderia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras dos Vereadores por Ato Complementar. Ele também poderia decretar intervenção nos estados e municípios quando quisesse. Ademais, o ato decretava que o presidente poderia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão -ou seja, o direito de votar e ser votado, proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de segurança- durante 10 anos e cassar mandatos eletivos quando julgasse necessário. Além disso, uma das medidas mais graves prevista pelo ato era a suspensão de garantia de habeas corpus nos casos de considerados crimes políticos contra a segurança nacional.

Dessa forma, baseando-se no AI-5, o governo de Costa e Silva redigiu uma lista de professores da USP que eram considerados subversivos, de modo que estes foram obrigados a se aposentar. Tem-se como exemplo os nomes de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Elza Salvatori e Caio Prado Júnior. Isso mostra que a repressão afetava os direitos trabalhistas até de professores universitários, membros da elite, mas que eram julgados de acordo com suas escolhas políticas.

Nesse sentido, com o aumento da repressão, houve a aplicação de punições severas e totalmente arbitrárias, tais como sequestros, desaparecimentos e torturas. Isso tudo era feito em nome da “defesa da liberdade e da democracia”, de acordo com os militares.

No período em que durou a ditadura, os direitos trabalhistas foram muito afetados, pois os trabalhadores não podiam resistir às decisões que eram tomadas pelo governo já que os líderes sindicais foram afastados de seus cargos. Além disso, muitos eram exilados e até mesmo mortos devido a seu posicionamento contrário ao governo militar.

O golpe de 1964 foi dado com o objetivo de afastar a tão temida ameaça comunista que, de acordo com o discurso dos militares, rondava o Brasil. Ela nunca foi, de fato, existente, uma vez que o que se observava era o aumento de

tendências sociais-democratas. Mesmo assim, como forma de resistência, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda que de maneira clandestina, continuou crescendo, e o Regime Militar tinha ciência desse fato.

No que tange à questão trabalhista, o PCB era um partido que ascendia nos âmbitos social e sindical. O PCB fazia sucesso entre os trabalhadores, de modo que o partido distribuía cópias e diversos exemplares do jornal Voz Operária na Volkswagen, até então a maior empresa do país. Além disso, a organização chegava também aos estudantes, de modo que o PCB dirigia os maiores centros acadêmicos das universidades públicas e privadas do país.

Porém, houve uma caçada denominada Operação Radar, a qual fez com que onze membros do Comitê Central do Partido fossem mortos e mais diversos membros do partido fossem perseguidos em todos os estados, resultando na prisão de 679 pessoas.

Desse modo, o PCB se mostrou enfraquecido diante da tragédia que havia ocorrido. A redemocratização, portanto, se deu pela própria ordem ditatorial. A transição para o regime democrático foi tão gradual, lenta e segura, como os próprios militares diziam, que até hoje algumas instituições guardam resquícios da época da ditadura. Um exemplo disso é a Universidade de São Paulo, a qual em seu Regime Geral, feito em 1972, diz que o candidato a professor deve apresentar “atestado de idoneidade moral” e estabelece punição disciplinar àqueles alunos que “praticarem ato atentatório à moral ou aos bons costumes”.

Com o enfraquecimento do PCB, houve um certo abandono das ideias revolucionárias e a adoção da via democrática como solução para se superar o período e ideais ditatoriais.

Além disso, houve também o enfraquecimento do trabalhismo no Brasil. Dessa forma, Leonel Brizola, o qual tinha identificação histórica com o movimento trabalhista, ficou responsável por defendê-lo. Reunindo seus conhecimentos dos anos que ficou em exílio, ele seria responsável por moldar um novo trabalhismo, social-democrata e moderno.

Nesse período, o PTB era o partido que mais tinha adesão popular, uma vez que reunia a grandeza popular e trabalhista da época de Getúlio Vargas com o grande apoio de líderes sindicais e políticos que Brizola conseguiu durante seu exílio.

Dessa forma, na Internacional Socialista de 1979, Brizola conseguiu ser eleito como porta-voz da social-democracia Internacional Socialista e representante oficial da organização no Brasil. Assim, contando com a associação do trabalhismo com uma luta de massas e uma política de alianças centrada nos interesses dos trabalhadores, na justificação da soberania nacional e nas reformas estruturais, surgia o brizolismo, o qual foi considerado, “uma radicalização democrática e popular do trabalhismo getulista.” (SOUTO, 2017, p. 332).

Contudo, a possibilidade de o PTB ser o partido que derrubaria, de fato, a política da ditadura desagradava muito os militares. Eles queriam que o governo fosse assumido por um partido que não se associasse à imagem do comunismo, porque caso contrário, significaria que o inimigo havia vencido. Seguindo essa lógica, o PTB deveria ser comandado por outro representante.

Assim, tanto os militares quanto alguns membros do PMDB decidiram apoiar Ivete Vargas, o qual não seguia os temidos ideais comunistas. Dessa forma, ele não deixaria que o projeto socialista fosse instaurado no Brasil.

Tal contexto serviu de base para a ascensão do Partido dos Trabalhadores no cenário da esquerda brasileira. De acordo com o historiador Luís Mir, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) utilizou-se do sentimento anticomunista presente no sindicalismo do ABC para impulsionar o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) na região. Dessa forma, valeram-se de uma base religiosa presente na fundação do PT, a qual fez com que tal partido não se envolvesse no debate político da época.

Dessa maneira, enquanto ascendia politicamente, o PT se utilizava de um discurso anticomunista e pregava uma luta de bem contra o mal, com um fundamento religioso. Pode-se dizer que uma das bases do PT foi, além dos operários de empresas multinacionais e dos trabalhadores rurais, a Igreja Católica (SECCO, 2011, p. 44). Com isso, houve uma mudança no sindicalismo do ABC, concentrada nas figuras de José Ferreira da Silva e Luiz Inácio da Silva.

Contudo, a fundação e crescimento partido se deu de forma heterogênea, de modo que em cada fase e em cada região do país havia um setor diferente que o apoiava. Ainda assim, havia uma base fundamental que o partido não abriu mão: a tentativa de garantir e suprir os interesses dos trabalhadores.

Concluída a transição da formação do partido, não houve a retomada do trabalhismo no sentido da busca por uma institucionalização do Estado Social

Democrático. Isso porque a Central Única dos Trabalhadores (CUT) priorizava a negociação dos trabalhadores diretamente com seus patrões, ao invés das leis trabalhistas aos moldes da CLT de Vargas.

O problema disso estava no fato de que basear a melhoria de condições sociais para os trabalhadores na negociação coletiva, além da falta de um projeto explícito e claro, fez com que a antiga reivindicação empresarial em relação ao enfraquecimento da legislação trabalhista ganhasse força.

Dessa maneira, a própria Constituição, quando foi elaborada, trouxe alguns resquícios desse pensamento à medida que concedeu alguns direitos aos trabalhadores, mas também retirou outros. Exemplos disso são os casos em que se garantiu irredutibilidade salarial “salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo”, além da fixação de uma jornada reduzida de 6 horas “salvo negociação coletiva.”

Ademais, houve também um enfraquecimento da mobilização sindical comandado pelo próprio PT e pela CUT no que se tratava da defesa da efetividade dos direitos trabalhistas e sociais.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores foi, em certa medida, perdendo seu foco e diversas das suas atitudes no futuro se deram em busca da manutenção de poder. Isso, contudo, gerou graves consequências tanto para o partido quanto, principalmente, para os trabalhadores.

Referências

MAIOR, Jorge Luiz Souto. História do direito do trabalho no Brasil: curso de direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2017.